ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil – Altair Silva – Antídio Lunelli - Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto – Carolline Sardá - Dr. Vicente Caropreso - Jair Miotto – Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer – Julio Garcia – Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcos da Rosa – Mário Motta - Maurício Eskudlark - Mauro De Nadal – Oscar Gutz – Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto – Sergio Motta - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Julio Garcia
Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

**************

**Breves Comunicações**

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) – Manifestou preocupação com os impactos dos eventos climáticos extremos em Santa Catarina e destacou a necessidade de aprimorar o planejamento urbano e a infraestrutura para prevenir desastres e reduzir os danos à população.

Mencionou reflexão do arquiteto e urbanista Jorge Peres, que defende a revisão dos padrões de construção diante das mudanças climáticas e da crescente frequência de fenômenos extremos.

Ressaltou os recentes tornados e temporais que atingiram municípios catarinenses e estados vizinhos. Mencionou dados da Defesa Civil que apontam mais de 122 municípios e 6.300 residências

afetadas no Estado ao longo do ano. Reconheceu o trabalho das equipes de emergência, dos gestores municipais e dos voluntários e enfatizou a importância de medidas preventivas. Citou levantamento do Tribunal de Contas do Estado, segundo o qual aproximadamente 70% dos municípios catarinenses estão suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações, além de destacar a ausência de cadastros de famílias residentes em áreas de risco em parte significativa dessas localidades.

Apresentou a proposta de criação de um Protocolo Catarinense de Resiliência Climática, sugerida pelo arquiteto Jorge Peres, com a participação de conselhos profissionais, universidades, Defesa Civil, órgãos públicos e entidades da sociedade civil, visando estabelecer diretrizes de segurança para novas construções e estruturas já existentes.

Mencionou, ainda, o Projeto de Lei nº 460/2026, de sua autoria, em tramitação nesta Casa Legislativa, que propõe instituir a Política Estadual de Resiliência Climática, contemplando a integração de informações sobre áreas vulneráveis, o monitoramento de riscos e o fortalecimento do planejamento municipal.

Corroborou a necessidade de transformar o conhecimento técnico em ações concretas, mediante a cooperação institucional e a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção de desastres. Enfatizou que, embora não seja possível impedir todos os fenômenos climáticos, o planejamento adequado e os investimentos preventivos podem reduzir significativamente seus impactos, defendendo a construção de cidades mais seguras e preparadas para os desafios futuros. *[Taquigrafia: Jênifer]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) – Relatou os eventos climáticos extremos que atingiram Santa Catarina no início de novembro, mencionou os temporais do dia 1º em Fraiburgo e São Miguel do Oeste, e os tornados do dia 4 em Chapecó e região, que causaram grande destruição

na rede elétrica e deixaram milhares de consumidores sem energia.

Destacou a atuação incansável dos trabalhadores da Celesc de diversas regiões do estado, que restabeleceram cerca de 90% do fornecimento em aproximadamente 48 horas. Analisou que esse desempenho é fruto de planejamento, investimento, capacidade técnica e compromisso social da empresa pública, ressaltou suas tarifas competitivas e rápida capacidade de resposta.

Comparou a eficiência da estatal catarinense com os sucessivos apagões enfrentados pelos consumidores da concessionária Enel em São Paulo, e relembrou o apoio prestado pelos funcionários da Celesc durante as enchentes no Rio Grande do Sul. Argumentou que a energia elétrica é infraestrutura estratégica e questão de soberania nacional, que não pode ficar submetida exclusivamente à lógica do lucro, pois sua finalidade principal é atender bem a população.

Defendeu a manutenção da Celesc pública e a valorização de seus profissionais como patrimônio estratégico para o futuro de Santa Catarina, agradeceu às equipes da linha de frente e reafirmou seu compromisso na defesa da empresa estatal. *[Taquigrafia: Ana Charlene]*

DEPUTADA CAROLLINE SARDÁ (Oradora) – Reportou-se ao pronunciamento realizado no dia anterior, quando relatou das visitas feitas a 43 delegacias em Santa Catarina, as quais apresentam graves problemas estruturais (ambientes mofados, tetos danificados, falta de equipamentos e sistemas de informática instáveis que caem durante o atendimento).

Mencionou que na presente data sua fala é sobre quem está do outro lado do balcão: os agentes, os psicólogos policiais, os escrivães, os delegados, os aposentados, os estagiários e OS terceirizados. Comentou a questão da precarização e da sobrecarga de policiais que acumulam funções, realizando plantões excessivos e jornadas desgastantes, como o acúmulo de horas extras.

Fez comentários a respeito da falta de efetivo e de concursos, relatando a substituição de servidores concursados por estagiários com bolsas irrisórias de R$ 500,00 ou até estudantes de ensino médio devido à falta de reposição de pessoal e aposentadorias. Destacou que muitas unidades dependem de doações de empresários, igrejas e da maçonaria para obter móveis, *webcams* ou viaturas, gerando constrangimento e conflitos de interesse ético para os agentes.

Por fim, reivindicou para a categoria de policiais civis o aumento do efetivo, a realização de concursos públicos, o pagamento de horas extras, escalas de trabalho justas, segurança orgânica nas delegacias e melhores condições estruturais e tecnológicas para a proteção de mulheres, crianças e idosos. *[Taquígrafa: Sílvia]*

**************

**Partidos Políticos**

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

**************

**Ordem do Dia**

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0506/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina o Strudel de Jaraguá do Sul e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 6 de agosto de 2018, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios números: 0705/2018, 0028/2019, 0175/2019 e 0716/2019.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0525/2024, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, que institui a Rota Turística Cultural Religiosa das festividades ao Divino Espírito Santo, no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emendas supressivas e modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0618/2025, de autoria do Deputado Volnei Weber, que altera o Anexo Único da Lei n °. 18.531, de 5 de dezembro de 2022, que "Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado", para o fim de instituir a Semana da Cachaça Catarinense, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0274/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que declara de utilidade pública estadual a Associação Esportiva, Social e Cultural Fênix - AESCF, de São José, e altera o Anexo Único da Lei

nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0378/2026, de autoria do Deputado Mário Motta, que declara de utilidade pública a Associação Criciumense de Taekwondo, de Criciúma, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0412/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Anchieta.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0413/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de José Boiteux e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0461/2026, de autoria do Deputado Rodrigo Fachini, que declara de utilidade pública a VILA CONECTADA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SEGUNDO DISTRITO DO SAÍ, de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0227/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde informações acerca dos protocolos e providências relacionadas à assistência prestada a paciente no Hospital Regional Ruth Cardoso.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0298/2026, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, manifestando contrariedade à abordagem adotada em questão do Exame Nacional do Ensino Médio de 2026, que associa pregações cristãs à disseminação da misoginia.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os Deputados Marcos da Rosa e Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h15, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

*[Revisão: Taquígrafa Sílvia]*